

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

109 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 31/01 a 04/02/2022

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU	1
AFET - visita à Ucrânia	1
LIBE - Pegasus	1
ECON - diálogo económico com o Presidente do Eurogrupo	1
Audições	1
Apresentação das prioridades da Presidência francesa	2
2. EUROPOL ACORDO PROVISÓRIO NOVO MANDATO	2
3. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - BRIEFINGS POR PAÍS	3
4. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA	3
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR ATIVIDADES DA EUROJUST	4
6. COMISSÃO EUROPEIA TAXONOMIA	4
7. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA DE NORMALIZAÇÃO	5
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião informal dos ministros da Indústria e do Mercado Interno	5
Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos (JAI)	6
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Parlamento Europeu	6
Comissão Europeia	6
Conselho da União Europeia	6
10. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	6

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU

Esta semana foi dedicada aos trabalhos das [Comissões Parlamentares](#) do Parlamento Europeu (PE).

AFET - visita à Ucrânia

Uma delegação do PE [deslocou-se à Ucrânia](#) entre 30 de janeiro e 1 de fevereiro. Composta por nove membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, liderados pelos presidentes David McAllister (EPP, DE) e Nathalie Loiseau (Renew, FR), a delegação encontrou-se com o Primeiro-Ministro Denys Shmyhal, o Presidente do Parlamento (*Verkhovna Rada*) Ruslan Stefanchuk, bem como com outras autoridades ucranianas e organizações da sociedade civil.

A atual crise tem sido provocada por uma contínua acumulação militar russa na Ucrânia e suas fronteiras, com consequências na ordem internacional e nas relações dos EUA, da UE e da NATO com a Rússia. Durante a visita, os Deputados sublinharam o apoio inabalável do Parlamento Europeu à independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, bem como ao seu direito de escolher os seus próprios acordos e alianças de segurança.

O PE considera essencial que a UE se mantenha unida na sua condenação da intimidação russa contra a Ucrânia e face às tentativas do Kremlin de minar a segurança europeia e a democracia. Além de Kyiv, a delegação visitou Mariupol, uma cidade e porto estratégico no sudeste da Ucrânia no Mar de Azov, muito perto da linha de contacto. Foram realizadas reuniões com o gabinete de campo de Mariupol da Missão Consultiva da União Europeia (EUAM) e com as autoridades municipais e portuárias.

LIBE - *Pegasus*

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos debateu a necessidade de uma resposta da UE relativamente aos dois Estados-Membros que se revelou terem estado a utilizar o *spyware* israelita *Pegasus* para obter informações sobre adversários políticos e jornalistas, nomeadamente a [Hungria e a Polónia](#). Nesta ocasião, a Comissão LIBE ouviu testemunhos de alegadas vítimas desta espionagem, nomeadamente o jornalista húngaro Szabolcs Panyi, que trabalhou com o *website* de investigação [Direkt36](#), que fazia parte da equipa que descobriu a vigilância em massa aos Deputados ao PE, e a Procuradora polaca Ewa Wrzosek, que [foi vigiada pelo seu governo](#) após ter lançado uma investigação em 2020 sobre se as eleições presidenciais poderiam pôr em perigo a saúde dos eleitores durante o auge da primeira vaga da pandemia de Covid-19.

ECON - diálogo económico com o Presidente do Eurogrupo

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) realizou o [Diálogo Económico com o Presidente do Eurogrupo, Pascal Donohoe](#), sobre o programa de trabalho do Eurogrupo: políticas económicas e fiscais de apoio à recuperação e crescimento a longo prazo, incluindo discussões sobre os desafios estruturais que a economia da zona euro enfrenta após a pandemia, lições aprendidas com a resposta global da política económica da Europa, e o quadro de governação económica da UE para o bom funcionamento da UEM; o reforço da união bancária; o euro como moeda digital e o papel internacional do euro.

O PE disponibilizou um **briefing de enquadramento** (disponível [aqui](#)) sobre os principais temas em debate.

Audições

A Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo a Desinformação (INGE), a Subcomissão de Segurança e Defesa (SEDE) e a

Delegação para as relações com a Assembleia Parlamentar da NATO (DNAT) debateram com o Centro de Excelência *StratCom* da NATO as questões mais recentes relativas à Estratégia da Rússia no ciberespaço, a China como um desafio narrativo para os Estados-Membros da NATO, matéria sobre a qual foi apresentado um [estudo](#), e as questões emergentes no domínio digital.

A Comissão Especial INGE convidou também representantes dos Paramentos dos Estados Bálticos para uma troca de pontos de vista sobre as suas experiências e respostas à interferência estrangeira, aprofundando os casos da Estónia, Letónia e Lituânia, países que se encontram na linha da frente na luta contra a interferência estrangeira.

Apresentação das prioridades da Presidência francesa

Foi concluída a apresentação das prioridades setoriais da Presidência francesa do Conselho da UE nas Comissões Parlamentares do PE. Disponibiliza-se uma [nota informativa](#) sobre essas prioridades e uma síntese das apresentações feitas, [aqui](#).

2. EUROPOL | ACORDO PROVISÓRIO NOVO MANDATO

A Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram esta semana a um acordo provisório](#) sobre o projeto de regulamento que altera o Regulamento Europol. Este acordo está ainda sujeito à aprovação formal do Conselho e do PE, e são de destacar as seguintes inovações:

- **Investigação e inovação:** o projeto de regulamento incumbe a Europol de apoiar os Estados-Membros na utilização das tecnologias emergentes, bem como explorar novas abordagens e desenvolver soluções tecnológicas comuns, incluindo as que se baseiam na inteligência artificial, sempre sob reserva de garantias sólidas em termos de segurança e de direitos fundamentais.
- **Tratamento de grandes conjuntos de dados:** o volume e a complexidade dos dados recolhidos em investigações criminais têm vindo a aumentar, e os Estados-Membros, na sua análise dos dados, nem sempre conseguem detetar ligações transnacionais. Doravante, a Europol poderá tratar séries de dados complexas e volumosas para ajudar os Estados-Membros a combater a criminalidade grave e o terrorismo, em linha com o regulamento da UE relativo à proteção de dados.

Foi ainda introduzido no projeto de regulamento um novo artigo com vista a clarificar a situação dos dados que estão atualmente na posse da Europol. Uma medida transitória permitirá que os Estados-Membros, a Procuradoria Europeia e a Eurojust informem a Europol de que pretendem executar o novo mandato que lhe foi confiado no que respeita a esses dados. Nesse caso, a Europol poderá continuar a apoiar as investigações que neles se baseiam. De um modo geral, o texto visa conciliar a eficácia da agência e o pleno cumprimento das regras em matéria de proteção de dados.

- **Cooperação com intervenientes privados,** que detêm uma quantidade crescente de dados pessoais que podem ser úteis para as investigações criminais. Com o novo regulamento, a Europol poderá receber dados pessoais diretamente de intervenientes privados, a fim de assegurar que haja, a nível da UE, um ponto de contacto para partilhar legalmente conjuntos de dados pertinentes para várias jurisdições. A Europol poderá então analisar esses conjuntos de dados a fim de identificar os Estados-Membros em causa e transmitir as informações às autoridades nacionais.
- **Cooperação com países terceiros:** são alargadas as possibilidades de cooperação da Europol com países terceiros, introduzindo-se a possibilidade de proceder ao intercâmbio de dados pessoais com países que tenham instituído salvaguardas adequadas por meio de um instrumento juridicamente vinculativo, ou nos quais essas salvaguardas já existissem.

- **Cooperação com a Procuradoria Europeia (EPPO):** a Europol deverá colaborar e apoiar a EPPO nas investigações a que esta proceda. Deverá igualmente comunicar sem demora à Procuradoria Europeia qualquer conduta criminosa que seja da sua competência, sendo estabelecidas as regras de acesso da Procuradoria Europeia aos dados da Europol.
- **Indicações do SIS:** a Europol apoiará os Estados-Membros no tratamento dos dados transmitidos por países terceiros ou organizações internacionais e poderá propor que os Estados-Membros introduzam indicações de informação no Sistema de Informação Schengen (SIS).
- **Iniciativa de lançamento de investigações:** a diretora executiva da Europol poderá propor a abertura de uma investigação nacional sobre crimes lesivos de um interesse comum que seja objeto de uma política da UE, ainda que o crime em causa não tenha dimensão transnacional. Caberá às autoridades nacionais decidir se há que dar ou não seguimento a esse pedido.

3. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - BRIEFINGS POR PAÍS

Uma nova série de publicações do *think tank* do PE apresenta uma análise por país dos planos nacionais de recuperação e resiliência no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência da UE, incluindo o investimento e as medidas de reforma que apoiam, e os progressos na sua implementação.

A primeira análise está disponível [aqui](#) e incide sobre [Chipre](#); [Estónia](#); [Alemanha](#); [Irlanda](#); [Itália](#); [Letónia](#) e [Espanha](#). A série abrangerá todos os Estados-Membros e os *briefings* serão atualizados regularmente, em fases chave ao longo do ciclo de vida dos planos, nesta [página](#).

As publicações da série analisam os planos nacionais de recuperação e resiliência apresentados pelos Estados-Membros e cada *briefing* expõe o financiamento a que cada país pode aceder, os desafios específicos de cada um, as medidas de investimento e reforma propostas pelas autoridades nacionais e a avaliação dos seus planos pela Comissão. Outras secções apresentam os marcos e metas a atingir e o estado mais recente da implementação, bem como uma análise do debate que os planos individuais desencadearam. Vários gráficos recapitulam ainda os dados-chave.

4. BANCO CENTRAL EUROPEU - DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) reuniu no passado dia 3 de fevereiro e confirmou as decisões tomadas na reunião de política monetária realizada em dezembro. A Presidente do BCE, Christine Lagarde, explicou em conferência de imprensa (consultar [aqui](#)) as principais decisões de política monetária (disponíveis [aqui](#)), reiterando-se que o BCE está preparado para ajustar todos os seus instrumentos, consoante apropriado, a fim de assegurar que a inflação estabiliza no seu objetivo de 2% no médio prazo.

- **Programa de compra de ativos devido a emergência pandémica:** no primeiro trimestre de 2022, estão a ser realizadas aquisições líquidas de ativos ao abrigo do programa de compra de ativos devido a emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*) a um ritmo inferior ao do trimestre anterior. Serão descontinuadas as aquisições líquidas de ativos ao abrigo do PEPP no final de março de 2022. A futura descontinuação gradual da carteira do PEPP será gerida de modo a evitar interferências com a orientação de política monetária apropriada.
- **Programa de compra de ativos:** em consonância com a redução gradual das aquisições de ativos decidida em dezembro de 2021, e para assegurar que a orientação da política monetária permanece coerente com a estabilização da inflação no objetivo do Conselho do BCE no médio prazo, as aquisições líquidas mensais ao abrigo do programa de compra de ativos (*asset*

purchase programme – APP) ascenderão a 40 mil milhões de euros no segundo trimestre de 2022 e 30 mil milhões de euros no terceiro trimestre.

- **Taxas de juro diretoras do BCE:** a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente. Com vista a apoiar o seu objetivo simétrico de inflação de 2%, o Conselho do BCE espera que as taxas de juro diretoras do BCE permaneçam nos níveis atuais ou em níveis inferiores, até observar que a inflação atinge 2%. Tal pode também implicar um período transitório, durante o qual a inflação se situe moderadamente acima do objetivo.
- **Operações de refinanciamento:** o Conselho do BCE continuará a acompanhar as condições de financiamento bancário e a assegurar que o vencimento dos fundos cedidos no âmbito da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (ORPA direcionadas III) não dificulta a transmissão regular da política monetária.

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | ATIVIDADES DA EUROJUST¹

A [2.ª reunião interparlamentar anual de avaliação das atividades da Eurojust](#) realizou-se no dia 1 de fevereiro, no Parlamento Europeu e através de videoconferência. Na reunião participaram membros dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, com o objetivo de avaliar as atividades atuais e futuras da Eurojust, em especial no contexto pandémico, bem como a cooperação entre a Eurojust, a Procuradoria Europeia e as autoridades nacionais.

A Assembleia da República foi representada nesta reunião pelo Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado José Magalhães (PS).

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu (LIBE), Juan Fernando López Aguilar, e contou com as intervenções de Yaël Braun-Pivet, Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembleia Nacional francesa e de François-Noël Buffet, Presidente da Comissão de Direito Constitucional do Senado francês, que destacaram o papel preponderante da Eurojust na cooperação judicial em matéria penal na União Europeia, como garante do espaço de liberdade, segurança e justiça, bem como os problemas e desafios que a Eurojust enfrenta, agravados pelo contexto pandémico.

As sessões temáticas – *As atividades atuais e futuras da Eurojust, especialmente no contexto de pandemia* e *a Cooperação futura entre a Eurojust, a Procuradoria Europeia e as autoridades nacionais* – foram precedidas de intervenções de Ladislav Hamran, Presidente da Eurojust, que apresentou o respetivo relatório de atividades, incluindo uma perspetiva pretérita e futura desta Agência da União Europeia, e de José de la Mata, Membro nacional de Espanha na Eurojust e ponto de contacto para a Procuradoria Europeia, de Frédéric Baab, Procurador Europeu francês, e de Nils Behrndt, Direto-Geral Adjunto em exercício da DG Justiça e Consumidores da Comissão Europeia, que abordaram a temática das diferenças e da cooperação entre o Eurojust e a Procuradoria Europeia. Ambas as sessões incluíram no final um período de debate com os deputados do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais.

6. COMISSÃO EUROPEIA | TAXONOMIA

Temos vindo a dar nota do processo de adoção (cfr. [Síntese n.º 106](#)) do ato delegado da Comissão Europeia sobre a chamada taxonomia. A Comissão Europeia apresentou esta semana um [ato delegado complementar relativo à dimensão climática da taxonomia](#), abrangendo certas [atividades nos setores](#)

¹ Ponto elaborado por Ricardo Pita, assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

do gás e da energia nuclear no que respeita à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas. Como temos vindo a dar nota, a taxonomia da UE visa orientar os investimentos privados para as atividades necessárias para alcançar a neutralidade climática. Nesse sentido, o ato delegado complementar:

- introduz, na taxonomia da UE, novas atividades económicas do setor da energia, definindo condições claras e estritas com base nas quais determinadas atividades no setor do gás e energia nuclear podem ser acrescentadas à lista de atividades de transição;
- impõe às empresas requisitos específicos de divulgação de informações sobre as suas atividades nos setores do gás e da energia nuclear.

A seção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

Este processo tem contado com uma oposição bastante visível de alguns Estados-Membros (Luxemburgo, Áustria, Dinamarca, Suécia e Países Baixos) que escreveram uma carta à Comissão Europeia instando-a a "*não incluir quaisquer atividades de combustíveis fósseis como sustentáveis na taxonomia atual*". Do lado do PE, que também terá de aprovar o ato, os Verdes têm liderado a contestação a esta decisão, tendo o Deputado Bas Eickhout considerado que este ato delegado será "*um grande golpe para a credibilidade da UE como líder climático*". Recorde-se que é necessária uma maioria absoluta para bloquear o ato delegado.

7. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA DE NORMALIZAÇÃO

A Comissão apresentou também uma nova [estratégia para a normalização](#) que reflete a [abordagem da normalização no mercado único e a nível mundial](#) e procura reforçar a competitividade mundial da UE, promover uma economia resiliente, ecológica e digital e integrar os valores democráticos nas aplicações tecnológicas. Esta estratégia é acompanhada por uma [proposta de alteração do regulamento relativo à normalização](#), um [relatório](#) sobre a sua aplicação e o [programa de trabalho da União para a normalização europeia de 2022](#).

A estratégia propõe cinco principais ações:

- antecipar, priorizar e dar resposta às necessidades de normalização em domínios estratégicos;
- melhorar a governação e integridade do sistema europeu de normalização;
- reforçar a liderança europeia em matéria de normas mundiais;
- apoiar a inovação;
- garantir a próxima geração de peritos em normalização.

A Comissão preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) também sobre esta questão.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Indústria e do Mercado Interno

Os ministros discutiram o [reforço da autonomia estratégica europeia](#), congratulando várias ações neste sentido como o lançamento de projectos industriais conjuntos a nível europeu, a melhoria da capacidade de resposta a crises através da criação da HERA, implementação de novas capacidades de financiamento através do *Next Generation EU* e condições de concorrência justas com base em instrumentos de defesa comercial. Salientaram ainda a importância de **assegurar o fornecimento interno e externo de matérias-primas que são críticas para a indústria europeia**, considerando meios de financiamento para o efeito.

Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos (JAI)

A [reunião](#) focou sobretudo as áreas da **segurança e migração**. Os ministros concordaram com a criação do «Conselho Schengen», cuja primeira reunião terá lugar no dia 3 de março, e na qual se estabelecerão um conjunto de indicadores para avaliar a situação nas fronteiras em tempo real e discutirão a implementação de novos instrumentos de solidariedade. Foram ainda debatidas questões relativas à migração e asilo, ao equilíbrio entre as exigências de responsabilidade e de solidariedade, bem como foi manifestado apoio a uma abordagem faseada para fazer avançar as negociações neste âmbito. Os ministros abordaram também questões relativas à segurança civil e ao crescimento do cibercrime.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, a atividade do PE será dedicada aos trabalhos das [Comissões Parlamentares](#), com destaque para o [Diálogo Monetário com a Presidente do BCE, Christine Lagarde](#), e grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [8 de fevereiro](#), destacando-se a *Diretiva Microcircuitos Europeus*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 07.02: [Reunião informal dos ministros da Agricultura](#)
- 09.02: [Reunião informal dos ministros da Saúde](#)

10. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade a este novo conteúdo, que consiste numa resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de janeiro [aqui](#) e do arquivo online [aqui](#).

Bruxelas | 4 de fevereiro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).